

TERMINOLOGIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS: QUAL INSTRUMENTO DE APOIO NA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Terminology in the field of Government Public Policies: What support instrument for the performance of the Brazilian Sign Language interpreter

DOI: 10.14393/ LL63-v42-2026-43

Patrícia Tuxi dos Santos*

Gláucio Castro Júnior**

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo o reconhecimento da terminologia que chamamos de político-administrativa, com vistas à proposta de um glossário da gestão federal, voltado para as novas áreas do governo atual, são elas: Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Igualdade Racial - MIR. A pesquisa parte de uma problemática central: A falta de materiais terminográficos bilíngues, sistematizados em Libras compromete a qualidade e clareza linguística e conceitual das interpretações nesse domínio? Além disso, busca-se responder se há pesquisas acadêmicas já documentadas na literatura. Para atingir ao objetivo foi realizado também: i. identificar a Terminologia empregada em discursos e eventos do Governo Federal, focados nas áreas apresentadas; ii) buscar situações de interpretação do português para Libras que envolvam essa temática; e iii) levantar redes, sites e materiais de formação e consulta que apresentam os termos do campo definido em língua de sinais. A pesquisa visa não apenas documentar a existência desses sinais-termo, mas também propor um modelo de organização terminográfica que possa subsidiar a formação e a prática dos intérpretes. A fundamentação teórica baseia-se na Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1993, 1999, 2002, 2008) em Pressupostos da Tradução Relacionados. À (Sub)Competência Terminológica (Cabré, 1999; Schnell; Rodríguez, 2006; Vázquez, 2006; Montero; Faber, 2009; Umaña, 2010; Waquil, 2017; Bevilacqua, 2018). Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando a Avaliação Videográfica (Sousa et al., 2019), que permite a análise detalhada de registros em vídeo, facilitando a identificação e transcrição de sinais-termo. Como resultado, apresentamos o repertório de termos distribuído em categorias terminológicas, são elas: a) dimensão político-conceitual e b) dimensão processual, que diz respeito à organização terminológica que evidencia o processo de construção do conceito apresentado. No final do trabalho, são descritas diretrizes teórico-metodológicas de uma proposta de glossário para TILS que atuam no Governo Federal. O estudo busca ter um impacto acadêmico e prático, fortalecendo a discussão sobre Terminologia em Libras e propondo ferramentas que melhorem a formação de TILS que atuam em espaços do Governo Federal.

Palavras-chave: Terminologia. Políticas Públicas Governamentais. Libras. Intérprete.

* Professora no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP. Atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL e no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução - POSTRAD, ambos da Universidade de Brasília – UnB. Bolsista Pós-Doutorado no Exterior (PDE) - CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0210-5303>. Contato: ptuxiinterprete@gmail.com

** Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Tem Graduação - Licenciatura em Letras-Português e respectivas literaturas pela Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3002-5308>. Contato: librasunb@gmail.com

Abstract: This study aims to identify and systematize what we refer to as political-administrative terminology, with a view to proposing a glossary for federal government management, focused on newly established areas of the current administration, namely: the Ministry of Indigenous Peoples (MPI), the Ministry of Women, the Ministry of Development and Social Assistance, Family and Fight Against Hunger (MDS), and the Ministry of Racial Equality (MIR). The research is guided by a central question: Does the lack of systematized bilingual terminographic materials in Brazilian Sign Language (Libras) compromise the linguistic and conceptual quality and clarity of interpretations in this domain? Additionally, the study seeks to determine whether there are already academic studies documented in the literature. To achieve this objective, the study also undertakes the following: (i) identifying the terminology used in speeches and events of the Federal Government, focusing on the aforementioned areas; (ii) investigating situations of interpretation from Portuguese into Libras that involve this thematic field; and (iii) mapping networks, websites, and training and reference materials that present terms from the defined field in sign language. The research aims not only to document the existence of these term-signs but also to propose a model of terminographic organization that can support both the training and professional practice of interpreters. The theoretical framework is based on the Communicative Theory of Terminology (Cabr , 1993, 1999, 2002, 2008) and on translation studies assumptions related to (sub)terminological competence (Cabr , 1999; Schnell & Rodríguez, 2006; Vázquez, 2006; Montero & Faber, 2009; Uma a, 2010; Waquil, 2017; Bevilacqua, 2018). Methodologically, a qualitative approach was adopted, using Videographic Evaluation (Sousa et al., 2019), which allows for detailed analysis of video records and facilitates the identification and transcription of term-signs. As a result, we present a repertoire of terms organized into terminological categories: (a) a political-conceptual dimension and (b) a procedural dimension, which concerns the organization of terminology in a way that highlights the process of concept construction. At the end of the study, theoretical and methodological guidelines are described for a proposed glossary aimed at sign language interpreters and translators (TILS) working within the Federal Government. The study seeks to achieve both academic and practical impact by strengthening discussions on Libras terminology and proposing tools to improve the training of TILS operating in governmental contexts.

Keywords: Terminology. Government Public Policies. Libras. Interpreter.

Introdução

A din mica social e política, em sua constante evolução, funciona como um catalisador de novos voc bulos. Fen menos sociais inéditos, transformações tecnológicas e reconfigurações no exercício do poder demandam a criação ou ressignificação de termos que sejam capazes de capturar a complexidade dessas realidades nascentes.

O surgimento de palavras novas como **sororidade**, **insegurança alimentar** e **povos originários**, por exemplo, transcendem o status de meros neologismos para se tornarem unidades lexicais essenciais ao debate público contemporâneo. São termos

que cristalizam ideias e práticas que, até então, careciam de uma denominação precisa, organizando e dando forma a correntes de pensamento e a movimentos sociais.

Dessa forma, o léxico de uma época age como um espelho de suas estruturas e tensões, revelando aquilo que é prioritário e problemático para uma dada sociedade. Porém, a rápida disseminação e adoção desses termos no repertório coletivo gera uma necessidade urgente: a sua sistematização e estudo aprofundado.

Quando uma palavra nova se consolida no discurso público, ela deixa de ser um jargão circunscrito a grupos específicos e se transforma em um objeto de investigação acadêmica, requerendo definições claras, contextualização histórica e análise crítica. Cabe às ciências sociais, à linguística, ao direito e a outras áreas do conhecimento o papel de dissecar esses conceitos, mapeando suas genealogias, ambiguidades e impactos concretos.

O processo de registro em dicionários especializados, manuais e artigos não é uma mera formalidade, mas uma condição fundamental para assegurar o rigor analítico e a clareza dialógica. Sem essa catalogação crítica, a linguagem, nossa principal ferramenta de interpretação da realidade, perde precisão, comprometendo a própria capacidade de compreender e transformar o mundo que ajudou a nomear.

Tornar o discurso político-administrativo acessível constitui um pilar fundamental para a efetiva participação cidadã na contemporaneidade. À medida que novas terminologias emergem no discurso governamental para descrever políticas públicas complexas, sua compreensão democrática deixa de ser uma mera conveniência e se transforma em uma exigência de cidadania.

A inclusão desses termos no léxico público só se completa quando seu significado é desmistificado e tornado inteligível para a totalidade da população, transcendendo barreiras educacionais e jargões técnicos. Esta democratização conceitual assegura que o debate sobre direitos, deveres e mecanismos de governança não fique restrito a uma elite ilustrada, mas seja apropriado coletivamente como um bem comum, permitindo um escrutínio social informado e uma intervenção popular qualificada nas decisões que afetam a vida da comunidade.

Neste contexto, o reconhecimento das línguas de sinais presente nos canais oficiais de comunicação governamental representa muito mais do que uma adaptação de acessibilidade – configura-se como a materialização de um direito linguístico

inalienável. A presença de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras em pronunciamentos oficiais, campanhas públicas e materiais informativos não é um gesto de concessão, mas a garantia de que a Comunidade Surda terá acesso equânime aos mesmos constructos terminológicos e debates políticos que seus concidadãos ouvintes.

A tradução para a Língua Brasileira de Sinais – Libras de conceitos exige uma competência específica no âmbito da tradução, que vai além da tradução literal para construir representações conceituais precisas. Desta forma, assegurar que a evolução do discurso político-social seja um patrimônio cognitivo compartilhado por todos, em conformidade com o princípio constitucional de que a comunicação é um direito humano basilar para o exercício pleno da cidadania.

Mas onde buscar as informações sobre esses neologismos? Há alguma equipe no âmbito governamental que registre e oferte esses novos termos utilizando alguma linguagem simplificada e no formato bilíngue? Os profissionais tradutores e intérpretes de Libras – TILS, possuem algum glossário que traga essas informações para o correto desempenho no seu espaço de atuação?

Com base nos questionamentos acima a presente pesquisa tem por objetivo o reconhecimento da terminologia que chamamos de político-administrativa, com vistas à identificar a existência de alguma obra lexicográfica, voltado para as novas áreas do governo atual, são elas: Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Igualdade Racial - MIR . A pesquisa parte de uma problemática central: **A falta de materiais terminográficos bilíngues, sistematizados em Libras compromete a qualidade e clareza linguística e conceitual das interpretações nesse domínio?** Além disso, busca-se responder se há pesquisas acadêmicas já documentadas na literatura. Para atingir ao objetivo geral, foi também necessário: i. identificar a Terminologia empregada em discursos e eventos do Governo Federal, focados nas áreas apresentadas; ii) buscar situações de interpretação do português para Libras que envolvam essa temática; e iii) levantar redes, sites e materiais de formação e consulta que apresentam os termos do campo definido em língua de sinais.

O percurso metodológico utilizado para atingir os objetivos foi a Avaliação Videográfica (Sousa et al., 2019), que permite a análise detalhada de registros em vídeo.

Na primeira etapa, foram levantados eventos do canal oficial do Governo Federal no YouTube, com foco em políticas públicas, como as realizadas pelos ministérios já especificados. Na segunda etapa, foram localizados vídeos com interpretação para Libras.

Para melhor compreensão de toda a pesquisa dividimos esse artigo em quatro tópicos. No primeiro tópico o conceito de Terminologia com foco na Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT (Cabré, 1993, 1999, 2002, 2008) e a relação com a Tradução no âmbito das línguas de sinais. No segundo tópico apresentamos os pressupostos da Tradução relacionados à (sub)competência terminológica (Bevilacqua, 2018). No terceiro tópico o percurso metodológico, no quarto os resultados iniciais e em seguida as considerações finais.

1 Terminologia e a Tradução no âmbito das línguas de sinais.

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta pela linguista Maria Teresa Cabré em 1993, representa uma ruptura paradigmática em relação às abordagens tradicionais da Terminologia, influenciadas pela escola de Wüster (1998), com a Teoria Geral da Terminologia - TGT¹. Para este, o termo é compreendido como uma unidade estática, pertencente a uma área de especialidade específica.

Em sentido contrário, a TCT propõe uma visão dinâmica e integradora. Seu conceito central é o de que a unidade terminológica não é apenas um "termo", mas uma unidade de conhecimento especializado que se manifesta linguisticamente através de uma ou mais palavras, mas que também está carregada de valores culturais, sociais e políticos.

Entre as principais características da TCT, destacam-se três pilares fundamentais: i. a multidimensionalidade; ii. a variabilidade e iii. a condicionalidade.

A “multidimensionalidade” reconhece que a unidade terminológica é, simultaneamente, uma unidade linguística (possui forma e função), cognitiva (representa um conceito numa estrutura de conhecimento) e social (é usada por uma comunidade específica para uma finalidade comunicativa).

¹ Terminologia: Contribuições De Eugen Wüster (1898-1977) E De Seus Comentadores | Editora Ibict

A “variabilidade” aceita que um conceito pode ser expresso por diferentes designações (sinonímia) e que uma mesma forma linguística pode representar conceitos diferentes (polissemia), dependendo do contexto discursivo, do gênero textual e dos participantes da comunicação.

Por fim, a “condicionalidade” sublinha que o comportamento dos termos é sempre condicionado por fatores situacionais, ou seja, o uso terminológico é flexível e às necessidades concretas do ato comunicativo, rejeitando a ideia de uma norma rígida e universal.

Nossa pesquisa se situa principalmente na terceira característica da TCT, que é a condicionalidade e que destaca a importância dos fatores situacionais, ou seja, as questões políticas, sociais e culturais que surgem do ato comunicativo.

Portanto a TCT abre caminho para metodologias de análise baseadas em “**corpus**” reais de textos, onde os termos são estudados em seu habitat natural: o discurso. Isto permite descrever o seu comportamento real, e não apenas o termo fora do contexto de uso.

Além disso, ao enfatizar o contexto e a pragmática, a teoria de Cabré (1993) oferece ferramentas mais robustas para áreas como a tradução técnica, o planejamento linguístico, a elaboração de dicionários especializados e, crucialmente, para a divulgação científica. Dessa forma, a TCT consolida-se não apenas como uma teoria descritiva, mas como um quadro metodológico essencial para compreender a dinâmica da linguagem nas esferas do saber especializado.

Pelos motivos acima apresentados, podemos afirmar que a TCT traz um impacto nos Estudos da Tradução ao superar a visão tradicional do termo como uma unidade lexical isolada, propondo uma compreensão multidimensional que o situa no cerne do processo tradutório. (Bevilacqua e Klian, 2017)

Diferentemente de abordagens que priorizam equivalências fixas e listas bilíngues estanques, a TCT compreende o termo como uma unidade de conhecimento cujo significado é construído de forma dinâmica no discurso. Para o tradutor, isso significa que a busca pela equivalência tradutória não se resume a encontrar uma correspondência pontual, mas sim a reconstruir o conceito na cultura e no gênero textual de chegada, considerando seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais.

Esta perspectiva mostra que uma tradução linear não é o melhor para a sua atuação, o que significa a necessidade de se tomar decisões fundamentadas com base no contexto específico de comunicação, no perfil do público-alvo e na função do texto a ser traduzido. As autoras afirmam ainda que a contribuição mais significativa da TCT para a prática e análise tradutórias reside na sua ênfase na variabilidade e condicionalidade terminológica. O tradutor deixa de ser um simples buscador de equivalentes para assumir o papel de um especialista em transferência conceptual intercultural, capaz de avaliar quando optar por uma tradução literal, uma adaptação, um empréstimo ou mesmo uma paráfrase explicativa.

Desta forma, a TCT não apenas descreve com maior precisão o comportamento real dos termos em situação de tradução, como também fornece as ferramentas conceptuais para que o tradutor execute seu trabalho com maior autonomia, rigor e criatividade, assegurando que o conhecimento especializado, terminológico, seja transmitido de forma funcional e adequada ao novo contexto comunicativo. E por acreditar na necessidade desta formação, apresentamos o tópico a seguir que é a Tradução relacionada à (sub)competência terminológica. (Bevilacqua, 2018).

2 (Sub)competência terminológica: um novo campo em estudo.

Na contemporaneidade, o campo teórico da Tradução parte do pressuposto estabelecido de que a atividade tradutória é um empreendimento complexo, para o qual se faz necessária uma expertise específica, capaz de diferenciar tradutores e intérpretes de indivíduos simplesmente bilíngues.

Segundo Rodrigues (2018), a investigação acerca da expertise que efetivamente diferenciaria tradutores e intérpretes de outros profissionais bilíngues tem sido desenvolvida principalmente mediante o conceito de competência. Com base nesse conceito – que ainda não alcançou um consenso no âmbito das Ciências Humanas –, diversos modelos elucidativos de competência tradutória vêm sendo construídos e utilizados.

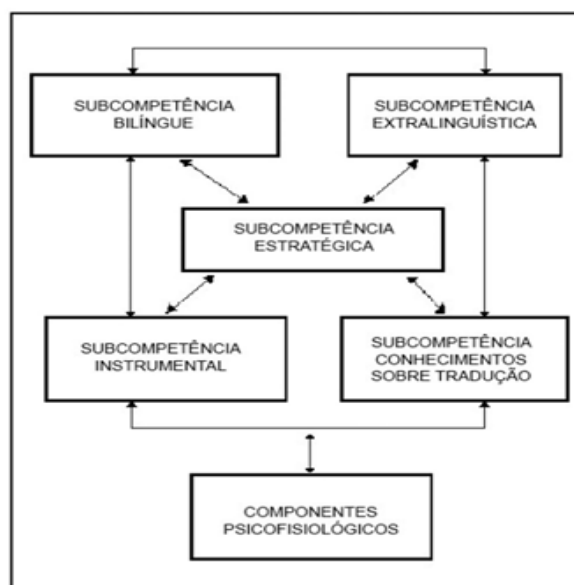
No âmbito dos Estudos da Tradução, o conceito de competência tradutória é delineado por definições que o distinguem da mera competência linguística ou comunicativa, posicionando-o, assim, como uma modalidade particular de aptidão

necessária ao exercício profissional da tradução e da interpretação. Dessa forma, neste trabalho entendemos que a competência tradutória se configura como um conjunto estruturado de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacita o profissional a transcender o bilinguismo.

A competência tradutória é uma expertise que permite não apenas a preservação do significado do texto original, mas também sua ressignificação contextualizada na cultura e para o público do idioma de chegada. Esse sistema integrado compreende, dentre outros elementos, o domínio linguístico, as competências textual e cultural, a familiaridade com o assunto tratado e a proficiência no uso de ferramentas tecnológicas aplicadas ao ofício.

De acordo Vila Real (2017) o modelo teórico proposto pelo grupo PACTE², a competência tradutória apresenta uma natureza multifacetada, sendo constituída por um conjunto integrado de subcompetências específicas.

Figura 1. Modelo descrito pelo grupo PACTE:



Fonte: PACTE, 2003

A subcompetência bilíngue compreende o conhecimento integral dos componentes linguísticos — léxico, gramática, pragmática, sociolinguística e discurso —

² Este grupo de pesquisa, denominado Proceso de Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación/Processo de Aquisição da Competência Tradutória (PACTE), desenvolveram na Universitat Autònoma de Barcelona liderado pela Dra. Amparo Hurtado Albir. Disponível em: <https://grupsderecerca.uab.cat/pacte/en>. Acesso em: Dez. 2025.

necessários para uma comunicação plena, o pleno domínio e a aplicação funcional de duas línguas.

A subcompetência extralinguística agrupa os saberes declarativos relativos às culturas das línguas em questão, abarcando ainda conhecimentos de mundo e especializações em campos particulares do conhecimento.

A subcompetência de conhecimentos sobre tradução compreende o domínio dos fundamentos teóricos da área, dos princípios que regulam a prática profissional e da compreensão sistemática do processo tradutório e seus componentes.

A subcompetência instrumental compreende o domínio no manejo de ferramentas, recursos tecnológicos e fontes de pesquisa utilizados como apoio ao trabalho tradutório. Diz respeito ao uso competente de tecnologias, ferramentas digitais e materiais de consulta empregados no exercício da tradução.

A subcompetência estratégica compreende os conhecimentos operacionais necessários para gerir todo o processo de tradução. Sua função central é integrar todas as demais subcompetências, além de permitir a compensação de eventuais deficiências que surjam durante a tarefa. Consiste no conhecimento operacional que planeja e subsidia o processo de tradução, gerenciando e interligando as outras subcompetências para compensar deficiências e garantir a eficácia do conjunto.

Por fim, **referente aos aspectos psicofisiológicos**, este elemento agrupa as funções cognitivas da memória, percepção e atenção, paralelamente a componentes atitudinais como as emoções e a capacidade de atuação autônoma. **O fator psicofisiológico** reúne tanto processos mentais como memória, percepção e concentração, quanto questões comportamentais, a exemplo do equilíbrio emocional e da capacidade de trabalho independente.

As diversas subcompetências tradutórias constituem, em seu conjunto, o bloco de habilidades que o tradutor deve possuir e o que o distingue dos demais falantes bilíngues. Tais subcompetências se materializam em saberes, aptidões e posturas indispensáveis para a execução do trabalho tradutório, abarcando desde o domínio linguístico em suas dimensões (subcompetência bilíngue) e a proficiência em pesquisa e uso de fontes (subcompetência instrumental) até a compreensão conceptual e a capacidade de solucionar desafios (subcompetência estratégica).

Segundo Vázquez (2006), paralelamente ao conceito de Competência Tradutória, é pertinente postular a existência de uma subcompetência terminológica, embora esta ainda constitua um campo pouco explorado academicamente. A autora a caracteriza como o conjunto de saberes, práticas e aptidões necessários para o manejo de termos técnicos. Em sua perspectiva, é imprescindível que os tradutores adquiram uma formação terminológica fundamental, capacitando-os a resolver de forma independente os desafios terminológicos que surgem no exercício profissional, seja atuando como tradutores, revisores ou redatores.

De acordo com Bevilacqua e Tagnin (2015), o desenvolvimento da subcompetência terminológica requer dos estudantes o domínio dos princípios teóricos e metodológicos da Terminografia. Esse alicerce conceitual torna-se crucial para habilitá-los não somente a identificar e empregar fontes terminológicas, mas, sobretudo, para cultivar uma atitude avaliativa frente a esses instrumentos de trabalho.

Os pesquisadores ressaltam que esse aprendizado possibilita aos tradutores em formação julgar a adequação dos termos ao projeto tradutório em questão, assim como aferir a idoneidade e rigor das referências utilizadas - aspectos determinantes para uma prática terminológica confiável e academicamente sólida. Para Montero e Faber (2009), na obra *Terminological Competence in Translation* a falta de recursos terminológicos confiáveis faz com que o tradutor tenha que adquirir habilidades de gerenciamento de informações e tenha que gerir a terminologia para a resolução de problemas tradutórios.

Dessa forma, a subcompetência terminológica busca obter instrumentos lexicográficos além de um inventário de termos. Busca identificar a habilidade do tradutor em compreender e internalizar o conhecimento subjacente a essa terminologia.

Pensando nos instrumentos lexicográficos buscamos identificar como ocorre esse material para os tradutores e intérpretes que atuam com o par linguístico português – Língua Brasileira de Sinais. Será que existe, no âmbito das instituições públicas, algum setor ou comissão responsável pelo registro e pela divulgação dessas novas unidades lexicais, apresentando-os em linguagem acessível e em versão bilíngue? Há lexicografia especializada — como glossários, vocabulários ou bancos de termos —

destinada a tradutores e intérpretes de Língua de Sinais, a fim de subsidiar tecnicamente sua atuação com precisão terminológica?

Buscando responder essas perguntas e com o objetivo de reconhecer as terminologias no âmbito das político-administrativas, em especial das novas áreas hoje atuantes no governo federal apresentamos o percurso metodológico.

3 Percurso Metodológico

Nesta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, que para Gil (2008), consiste na obtenção de dados descritivos mediante o contato direto do pesquisador com o cenário investigado, visando apreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes envolvidos na situação em análise. A metodologia se baseia no trato exploratória, com procedimento técnico de avaliação videográfica (Sousa et al., 2019), fundamentado na pesquisa documental, com base na análise de conteúdo.

Todo o percurso foi feito em duas etapas. Na primeira etapa, foram levantados eventos, programas e documentos no canal oficial do Governo Federal no YouTube, com foco em políticas públicas, como as realizadas pelos ministérios já especificados. Na segunda etapa, foram localizados vídeos com interpretação para Libras, na busca de identificar sinais-termo relacionados ao campo semântico das políticas públicas. Abaixo descrevemos como foi cada passo.

Etapas I: Nessa etapa buscamos materiais de órgãos públicos em busca de novos termos, ou seja, neologismos que representam um novo paradigma político e social que temos na sociedade atual. Dessa forma, iniciamos o levantamento das seguintes instituições públicas: Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Igualdade Racial – MIR.

- No Ministério da Igualdade Racial, utilizamos o documento ODS **18 Igualdade Étnico- Racial** ³;

³ Disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/55bb4d5a81.html#page/1> Acesso em: Dez. 2025.

- No Ministério das Mulheres, utilizamos o documento do **Programa Casa da Mulher Brasileira** ⁴
- No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) utilizamos o documento do **Programa Acredita no Primeiro Passo** ⁵ e
- No Ministério dos Povos Indígenas (MPI) utilizamos o documento de Pronunciamento da Ministra Guajajara sobre o Dia 19 de abril. ⁶

Após o levantamento encontramos terminologias com grande representação social, política e cultural. Abaixo seguem os termos.

Ministério dos Povos Indígenas (MPI): Este ministério representa um marco histórico, sendo o primeiro dedicado exclusivamente à causa indígena no Brasil.

- **Povos Originários:** Sinônimo de "povos indígenas", enfatizando que estavam no território antes da colonização.
- **Demarcação de Terras:** Processo administrativo pelo qual a União identifica, delimita, declara e registra as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. É um direito constitucional (Art. 231 da CF).
- **Terras Tradicionais:** Terras habitadas de forma permanente, utilizadas para atividades produtivas, imprescindíveis para a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural.
- **Lideranças Indígenas:** Representantes escolhidos pelas comunidades, como caciques, pajés, capitães e conselheiros.
- **Movimento Indígena:** A organização política e social dos povos indígenas para a defesa de seus direitos, como a **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**.
- **Genocídio Indígena:** Termo usado para denunciar políticas e ações (passadas e presentes) que visam ou resultam na destruição física e cultural dos povos indígenas.
- **Garimpo Ilegal:** Uma das maiores ameaças aos territórios indígenas, causando desmatamento, contaminação por mercúrio e violência.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/casa-da-mulher-brasileira> Acesso em: Dez. 2025;

⁵ Programa Acredita no Primeiro Passo.

⁶ Disponível em: https://youtu.be/UMB8mpy0Qhw?si=8zHx6_qFAUt1iBml Acesso em: Dez. 2025;

- **Marco Temporal (Tese do Marco Temporal):** Tese jurídica contestada que sustenta que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988 (promulgação da Constituição). Os movimentos indígenas e o MPI são contra essa tese.
- **Agrobusiness (Agronegócio):** Frequentemente citado no contexto de conflitos fundiários e pressão sobre territórios tradicionais.
- **Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT):** Direito dos povos indígenas de serem consultados sobre projetos que afetem seus territórios e modos de vida.

Ministério das Mulheres: Foca na equidade de gênero, no combate à violência e na autonomia econômica das mulheres.

- **Feminismo Interseccional:** Abordagem que considera que as opressões (como racismo, sexismo, classismo, LGBTfobia) se interconectam e criam experiências únicas de discriminação.
- **Violência de Gênero / Violência Doméstica e Familiar:** Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher (Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006).
- **Feminicídio:** Homicídio de uma mulher por razões da condição de sexo feminino, configurando crime hediondo (Lei nº 13.104/2015).
- **Feminicídio:** Termo equivalente a feminicídio, também amplamente utilizado.
- **Empoderamento Feminino:** Processo de conquista de autonomia, poder de decisão e capacidade de ação das mulheres nos campos político, econômico e social.
- **Equidade de Gênero:** Princípio que trata da justiça no acesso a recursos e oportunidades, considerando as diferenças históricas e sociais entre homens e mulheres para alcançar a igualdade.
- **Sororidade:** A união, aliança e empatia entre mulheres, baseada na solidariedade e no apoio mútuo.
- **Divisão Sexual do Trabalho:** Refere à forma como as tarefas são socialmente atribuídas a homens e mulheres, sobrecarregando as mulheres com o **trabalho doméstico e de cuidado** não remunerado.
- **Assédio Sexual e Moral:** Condutas de natureza sexual ou constrangedora no ambiente de trabalho ou outros, caracterizando abuso de poder.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):

Este ministério reúne políticas de proteção social, segurança alimentar e apoio às famílias.

- **Segurança Alimentar e Nutricional:** Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN).
- **Insegurança Alimentar:** Situação de falta de acesso pleno e permanente a alimentos. Pode ser leve, moderada ou grave (fome).
- **Fome:** A forma mais grave de insegurança alimentar.
- **Assistência Social:** Política de direito não contributiva, integrante da Seguridade Social, que garante proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco (SUAS).
- **Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** Sistema que organiza os serviços socioassistenciais em todo o território nacional, com **CRAS** (Centro de Referência de Assistência Social) e **CREAS** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).
- **Vulnerabilidade Social:** Condição de indivíduos ou famílias que, por diversos fatores (econômicos, sociais, étnico-raciais), têm seus direitos básicos violados.
- **Transferência de Renda:** Programas que repassam recursos financeiros diretamente a famílias em situação de pobreza, como o **Bolsa Família** (reestruturado como **Novo Bolsa Família**).
- **Cadastro Único (CadÚnico):** Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É a porta de entrada para programas sociais.
- **Auxílio Brasil:** Nome do programa de transferência de renda no governo anterior, substituído pelo Novo Bolsa Família.

Ministério da Igualdade Racial (MIR): Dedicar-se à promoção da igualdade e ao combate

à discriminação contra os povos e comunidades tradicionais, com foco na população negra.

- **Igualdade Racial:** Princípio de que todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia, devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

- **Racismo Estrutural e Institucional:** Refere-se à forma como o racismo está entranhado nas instituições, normas e práticas sociais, perpetuando a discriminação e a desigualdade racial de maneira sistêmica, muitas vezes de forma não explícita.
- **População Negra:** Termo que abarca pretos e pardos, conforme autodeclaração utilizada pelo IBGE.
- **Povos e Comunidades tradicionais (PCTs):** Grupos culturalmente diferenciados, como quilombolas, ciganos, povos de terreiro, ribeirinhos, etc.
- **Comunidades Quilombolas:** Grupos étnicos com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica.
- **Ações Afirmativas:** Políticas públicas ou privadas que visam corrigir desigualdades históricas e promover a igualdade de oportunidades. Exemplos: **cotas raciais** em universidades e concursos públicos.
- **Interseccionalidade:** Conceito também crucial aqui, para entender como raça, gênero e classe se cruzam nas experiências de opressão.
- **Genocídio da Juventude Negra:** Termo usado para denunciar os altos índices de homicídio que atingem desproporcionalmente jovens negros, periféricos e do sexo masculino.
- **Povos de Terreiro:** Comunidades religiosas de matriz africana (Candomblé, Umbanda).
- **Saúde da População Negra:** Política específica do SUS que leva em conta doenças prevalentes nesse grupo, como anemia falciforme, e o racismo como determinante social de saúde.

Etapas II: Na segunda etapa, foram localizados vídeos com interpretação para Libras, identificando sinais-termo relacionados ao campo semântico das políticas públicas. Abaixo os vídeos.

Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Figura 2. Pronunciamento Oficial da Ministra Guajajara.



Fonte: <https://youtu.be/UMB8mpy0Qhw?si=jK-ebv4UnfL-Elyw>

A imagem acima é o pronunciamento pelo Dia dos Povos Indígenas, a ministra Sônia Guajajara em seu discurso enfatizou o papel fundamental dos povos originários na preservação ambiental e destacou a resiliência indígena contra séculos de invisibilidade, transformando o pronunciamento oficial num ato de resistência. A fala apresenta os saberes tradicionais como resposta vital para os desafios contemporâneos.

Ministério das Mulheres

Figura 3: Programa Casa da Mulher Brasileira



Fonte: <https://youtu.be/sxzBvcvWsc?si=JUpiBL85NSjvpau>

A Casa da Mulher Brasileira é uma iniciativa do governo federal que oferece atendimento integrado e humanizado para mulheres em situação de violência, reunindo diversos serviços especializados em um único local para facilitar o acesso e o acolhimento. O atendimento inclui apoio psicossocial para superar o impacto da violência, assistência jurídica gratuita por meio da Defensoria Pública, e acolhimento policial em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher para investigar os crimes. O espaço também conta com promoção de autonomia econômica, brinquedoteca para o cuidado das crianças e alojamento de passagem para casos de risco iminente. Para obter informações sobre a unidade mais próxima ou buscar ajuda, o canal de contato gratuito e disponível 24 horas é a Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Figura 4 : Programa Acredita no Primeiro Passo



Fonte: <https://youtu.be/plXYEr3BrfA?si=a4OJ3uVxV4Fhgu9Y>

O programa Acredita no Primeiro Passo é uma iniciativa do Governo Federal voltada para cidadãos entre 16 e 65 anos cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico). Seu objetivo é promover a inclusão produtiva por meio de três pilares fundamentais: a intermediação de emprego com empresas e governos parceiros, a oferta de cursos gratuitos de capacitação profissional e o acesso a microcrédito de até R\$ 21 mil, com juros baixos, para empreendedores. Dessa forma, o programa busca abrir portas para

que as pessoas em situação de vulnerabilidade social possam dar o primeiro passo rumo à autonomia financeira e a um futuro com mais oportunidades, transformando realidades por meio do trabalho e do empreendedorismo

Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Figura : Transmissão de Cargo da Ministra do Ministério da Igualdade Racial



Fonte: <https://youtu.be/OTz35BChWbo?si=7MluxKmuXN8SfEqH>

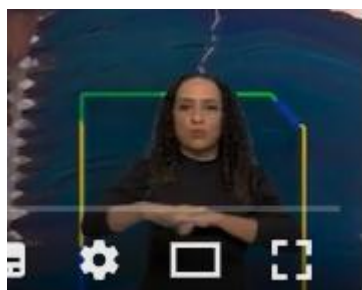
Anielle Franco assumiu o Ministério da Igualdade Racial em 1º de janeiro de 2023, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso, a ministra fez uma referência emocionada à sua irmã, a vereadora Marielle Franco, lembrando seu legado e a luta por justiça. Marielle, uma notória política e defensora dos direitos humanos, foi brutalmente assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro, um crime que chocou o Brasil e o mundo. A posse de Anielle representa não apenas uma continuidade do trabalho de Marielle, mas também um passo significativo do Estado brasileiro no combate às desigualdades raciais. Seu discurso na íntegra, que marca a primeira vez que uma titular da pasta fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, está disponível para ser assistido.

Com os vídeos separados foi possível iniciar a Avaliação Videográfica que são é uma ferramenta metodológica essencial para a análise sistemática de fenômenos em

seu contexto natural. Através do registro em áudio e vídeo, possibilita tanto a mensuração objetiva de eventos quanto a interpretação qualitativa de processos dinâmicos. Sua aplicação requer rigor técnico na coleta e análise, além de reflexão crítica sobre o papel do observador e aspectos éticos envolvidos.

Por ser um trabalho inicial fizemos o levantamento dos termos do vídeo em comparação com os termos encontrado nos documentos em língua portuguesa. Abaixo apresentamos os termos que tinham um sinal-termo registrado em Libras.

VÍDEO Ministério dos Povos Indígenas (MPI)



Sinal-termo: BIOMAS

0:47 em 4:42

Sinal-termo: BIODIVERSIDADE

1:00 em 4:42

VÍDEO Ministério das Mulheres



Sinal-termo: LEI MARIA DA PENHA

0:13 em 3:01

Sinal: ACOLHIMENTO

0:29 em 3:01

VÍDEO MDS



Sinal: ACREDITA

0:38 em 1:59

Sinal: CREDIAMIGO

0:48 em 1:59

VÍDEO Ministério da Igualdade Racial (MIR)



Sinal: AÇÕES AFIRMATIVAS

6:34 em 31:32

Sinal: COTAS

6:45 em 31:32

Em conclusão, a avaliação por meio de vídeos se mostrou muito importante para este trabalho. Ela foi essencial para identificar e analisar os sinais específicos que foram encontrados. As gravações em vídeo capturaram a maneira natural e verdadeira como a Língua de Sinais é usada, mostrando todos os detalhes dos parâmetros e das expressões que fazem parte dessa língua.

Essa documentação permitiu observar como a interpretação entre o Português e a Língua de Sinais acontece na prática, demonstrando como os significados são construídos de uma língua para a outra, e não apenas traduzidos palavra por palavra. Dessa forma, o levantamento inicial desses vídeos, passa a ser um marco para pesquisas futuras, ajudando a fortalecer o conhecimento dos termos técnicos e a reconhecer a Libras.

4 Análise dos Resultados

Como resultado, apresentamos o repertório de termos distribuído em categorias terminológicas, são elas: a) dimensão político-conceitual e b) dimensão processual, que diz respeito à organização terminológica que evidencia o processo de construção do conceito apresentado.

A dimensão político-conceitual parte do pressuposto de que o sinal-termo incorpora em sua estrutura gramatical não apenas o significado, mas toda uma

concepção política subjacente. Um exemplo emblemático é o sinal-termo para "acolhimento", onde a configuração de mãos e o movimento executado materializam visualmente o conceito de receber alguém com proteção e cuidado. Dessa forma, a própria gramática do sinal constrói e transmite uma visão de mundo específica, tornando inseparáveis a forma linguística e o conteúdo ideológico.

Na dimensão processual, observa-se como a construção do sinal-termo revela o desenvolvimento do conceito em Libras. O sinal para "ações afirmativas" exemplifica essa categoria ao articular movimentos sequenciais e deliberados. Sua execução demonstra visualmente um processo de implementação progressiva e intencional. Essa configuração sinaliza não um evento pontual, mas uma construção contínua de políticas públicas.

Um ponto que demanda reflexão especial na interpretação governamental refere-se aos programas e leis que carregam nomes de pessoas, questionando-se se devem receber sinais-terminológicos conceituais ou uma representação literal via datilologia. A definição por uma abordagem ou outra carece de estudos terminológicos mais aprofundados para estabelecer parâmetros que respeitem a estrutura da Libras e assegurem acessibilidade linguística plena.

Paralelamente, observa-se ainda um uso excessivo da datilologia para representar os novos termos e neologismos surgidos no contexto da atual gestão governamental. Essa prática, quando recorrente, pode comprometer a fluência discursiva e sobrecarregar cognitivamente tanto o TILS quanto o usuário surdo.

Torna-se premente, portanto, a realização de um trabalho extensivo e colaborativo para a criação de um repertório sinalizado. Esse processo deve envolver tradutores, intérpretes, linguistas e, fundamentalmente, falantes nativos da Libras. A elaboração de glossários terminológicos específicos para o âmbito governamental se configura como uma necessidade urgente, servindo como material de apoio essencial para garantir precisão conceitual e consistência na atuação dos TILS. Investir no registro desses sinais-termo é investir na consolidação de uma prática tradutória mais autônoma, natural e eficaz, assegurando que as informações de interesse público sejam de fato acessíveis a toda a comunidade surda.

CONSIDERAÇÕES

Os estudos realizados ao longo desta pesquisa permitiram compreender a complexidade envolvida na construção de terminologias especializadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o contexto governamental. A análise demonstrou que a criação de sinais-termo vai além de uma simples tradução lexical, constituindo-se como um processo de conceptualização que precisa considerar dimensões linguísticas, culturais e políticas intrínsecas à comunidade surda.

A investigação revelou a importância de distinguir entre a dimensão político-conceitual e processual na formação de sinais-termo. Na primeira, identificamos que sinais como "acolhimento" incorporam em sua configuração manual e movimento toda uma concepção política, onde a gramática visual da Libras se torna veículo de significados ideológicos. Na dimensão processual, exemplificada pelo sinal "ações afirmativas", observamos como a estrutura do sinal representa visualmente o desenvolvimento progressivo do conceito, demonstrando a capacidade da língua de sinais de articular processos dinâmicos por meio de sua gramática peculiar.

Um dos principais desafios identificados reside na terminologia governamental que utiliza nomes próprios de pessoas para designar programas e leis. Esta prática gera uma encruzilhada terminológica: optar por uma representação literal através de datilologia ou desenvolver sinais-termo conceituais que capturem a essência da política pública em questão. A solução deste dilema exigirá estudos mais aprofundados que envolvam a comunidade surda em processos decisórios colaborativos.

Outro aspecto crítico diz respeito ao uso excessivo de datilologia para representar neologismos do contexto governamental. Esta constatação evidencia a urgência de desenvolver um trabalho terminológico sistemático que possibilite a criação de sinais conceituais, os quais favorecem a fluência discursiva e reduzem a sobrecarga cognitiva tanto para intérpretes quanto para usuários de Libras.

Esta pesquisa contribui para o campo dos Estudos da Tradução e Terminologia ao demonstrar a aplicabilidade da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) no contexto da Libras. A abordagem multidimensional proposta por Cabré (1993) mostrou-

se particularmente adequada para compreender os aspectos linguísticos, cognitivos e sociais envolvidos na criação de sinais-termo para o domínio governamental.

Os resultados obtidos sinalizam a necessidade premente de desenvolver glossários terminológicos bilíngues (Libras/Português) que contemplem as especificidades conceituais do contexto governamental. Tais instrumentos não apenas apoiariam o trabalho de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILs), mas também promoveriam maior consistência e padronização na interpretação de conteúdos políticos e administrativos.

A pesquisa também evidencia que o desenvolvimento de competência terminológica representa um componente essencial na formação de TILs. A capacidade de analisar, criticar e participar ativamente da criação de sinais-termo configura-se como uma habilidade profissional indispensável para garantir a qualidade e fidelidade das interpretações no âmbito governamental.

Como perspectivas futuras, sugere-se a ampliação dos estudos para outras áreas temáticas do governo, bem como a realização de pesquisas colaborativas que envolvam diferentes segmentos da comunidade surda na construção coletiva de terminologias. A implementação de grupos de trabalho interdisciplinares, reunindo linguistas, terminólogos, TILs e especialistas surdos em diversas áreas do conhecimento, representa um caminho promissor para o desenvolvimento de uma terminologia governamental em Libras que seja ao mesmo tempo precisa, consistente e culturalmente relevante.

Por fim, destaca-se que o trabalho terminológico aqui iniciado transcende o âmbito acadêmico, configurando-se como uma ferramenta fundamental para a efetiva participação social da comunidade surda. Ao garantir o acesso a conceitos e informações governamentais em sua primeira língua, contribui para o exercício pleno da cidadania e para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Referências

BEVILACQUA, C. R. Traducción, Terminología y Fraseología Especializada: relaciones necesarias para la adquisición de la competencia traductora. Revista CTPCBA. 2018.

BEVILACQUA, Cleci Regina Bevilacqua; KILIAN, Cristiane Krause. Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor. *Domínios de Linguagem*, v. 11, n. 5, p. 1707-1726, 21 dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37409>. Acesso em: 11 setembro 25.

CABRÉ, M. T. *La Terminología – teoría, metodología, aplicaciones* (). Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries. Trad. Castelhana de Carles Tebé. 1993.

CABRÉ, M. T. *La terminologia: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 1999.

CABRÉ, M. T. *Sur la représentation mentale des concepts: bases pour une tentative de modélisation. Le sens en Terminologie*. Presses Universitaires de Lyon. 2002.

GOMES, E. A., & Avelar, T. F.. (2021). Estudo Exploratório da Competência Tradutória de Tradutores Ouvintes Intermodais em Relação à Sua Prática. *Cadernos De Tradução*, 41(spe2), 40–67. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2021.e84458>

MONTERO, S. M.; FABER, P. Terminological Competence in Translation. *Terminology*, v. 15, n. 1, p. 88-104, 2009.

PACTE. Building a translation competence model. In: Alves, F. (ed.). *Triangulating translation: perspectives in process oriented research*. Amsterdam: John Benjamins, Publishing Company, p. 43-66, 2003.

SCHNELL, B.; RODRÍGUEZ, N. La innovación metodológica en la enseñanza de la terminología: a nuevos hechos nuevos conceptos. In: *La Terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad: actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2006.

SOUSA, A., Presado M.H., Cardoso M. Metodologia adotada na análise de vídeos em investigação: revisão sistemática. In: Costa et al. *Atas do 8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa em Saúde*, 2, 965-974 (PDF) *Análise de vídeos como metodologia de investigação: revisão sistemática*. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342611979_Analise_de_videos_como_metodologia_de_investigacao_revisao_sistematica Acesso em: Dez. 2025.

UMAÑA, O. C. Relación y sentido de las sub-competencias traductorales y la práctica terminológica. 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Tradução) – Facultad de Estudios Sociales y Empresariales, Universidad Autónoma de Manizales, Manizales, 2010.

VÁZQUEZ, D. B. La competencia terminológica: su lugar en la formación de traductores. In: *La Terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la*

sostenibilidad: actas del IX Simposio Iberoamericano De Terminología. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2006.

VILA REAL GONÇALVES, José Luiz. Amparo Hurtado Albir (ed.). Researching Translation Competence by PACTE. Caracol, São Paulo, N. 14, jul./dez. 2017

WAQUIL, M. L. Traduzindo “Traducción y Traductología”: problemas terminológicos de Tradução. 2017. 288f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WÜSTER, E. Introducción a la Teoría General de la Terminología y la Lexicografía Terminológica. Tradução: Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.